

30 de junho

## Saldo orçamental positivo reduz-se em maio para 722 milhões de euros

As Administrações Públicas registam, na ótica da contabilidade pública, um **saldo orçamental (ajustado<sup>1</sup>)** de 722 milhões de euros até maio, o que corresponde a uma melhoria de 1.046 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior.

Por comparação com o mês anterior, o saldo positivo recuou (962 milhões até abril) devido a uma desaceleração da receita (ajustada<sup>1</sup>) – crescimento de 7,7% até maio, o que compara com 9,5% até abril – e uma aceleração da despesa – de 4,8% até maio, o que compara com os 3,6% em abril.

No desempenho da receita, refletindo as dinâmicas positivas observadas no mercado de trabalho, destacam-se os aumentos de 8,1% na receita fiscal (compara com 10% até abril) e de 11,6% na receita com contribuições sociais (11,9% até abril).

Do lado da despesa, a execução orçamental mantém-se influenciada por duas dinâmicas divergentes. Por um lado, pela redução das despesas associadas à pandemia, nomeadamente no que diz respeito à aquisição de bens serviços, o que atenua, temporariamente, o crescimento de despesa que se regista nesta rubrica.

Por outro, começa a refletir-se de forma mais evidente o impacto na despesa das medidas de reforço de rendimentos anunciadas no final de março e em abril, designadamente o pacote de valorização remuneratória da Administração Pública (atualização de 1% das tabelas remuneratórias e aumento do subsídio de refeição em 15,4%) e as medidas de apoio direcionadas às famílias.

A aceleração da despesa tenderá a continuar nos próximos meses, refletindo a globalidade das medidas, bem como o reflexo da inflação nos contratos públicos.

---

<sup>1</sup> Nesta análise, a receita está ajustada dos 3.018 milhões de euros da transferência do Fundo de Pensões da Caixa Geral de Depósitos (FPCGD) para a Caixa Geral de Aposentações (CGA). Apesar de a operação em causa ser neutra no saldo na ótica de contas nacionais, assumindo uma natureza financeira, releva para a execução na ótica da contabilidade pública.

## Quadro 1 - Conta Consolidada das Administrações Públicas

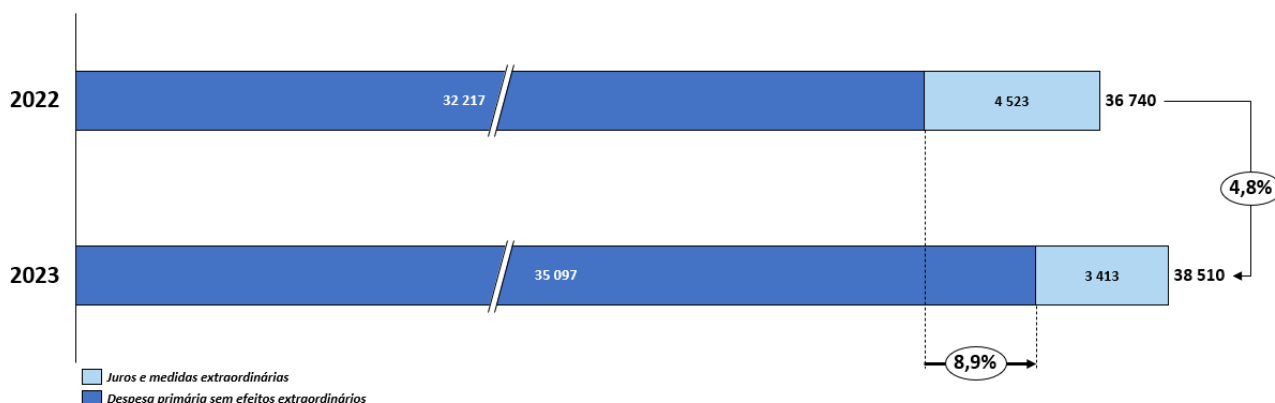
Período: janeiro a maio

	Execução Acumulada		Variação Homóloga Acumulada	
	2022	2023	Absoluta	Relativa (%)
<b>Receita corrente</b>	<b>35 337,4</b>	<b>38 072,9</b>	<b>2 735,5</b>	<b>7,7</b>
<i>do qual:</i>				
Receita fiscal	19 543,2	21 132,8	1 589,6	8,1
Contribuições de Segurança Social	9 961,5	11 120,2	1 158,8	11,6
<b>Receita de capital</b>	<b>1 078,2</b>	<b>4 177,6</b>	<b>3 099,4</b>	<b>287,5</b>
<i>do qual:</i>				
Venda de bens de investimento	85,6	57,2	-28,4	-33,2
Transferências de capital	963,3	4 095,5	3 132,2	325,2
<b>Receita efetiva</b>	<b>36 415,6</b>	<b>42 250,5</b>	<b>5 834,9</b>	<b>16,0</b>
<b>Receita efetiva ajustada FPCGD</b>	<b>36 415,6</b>	<b>39 232,2</b>	<b>2 816,6</b>	<b>7,7</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>34 180,6</b>	<b>35 589,0</b>	<b>1 408,4</b>	<b>4,1</b>
<i>do qual:</i>				
Despesas com o pessoal	8 753,3	9 411,6	658,3	7,5
Aquisição de bens e serviços	5 330,6	5 632,6	302,0	5,7
Juros e outros encargos	2 907,6	2 921,0	13,4	0,5
Transferências correntes	16 047,3	16 738,1	690,8	4,3
Subsídios	846,8	674,2	-172,6	-20,4
<b>Despesa de capital</b>	<b>2 559,1</b>	<b>2 920,9</b>	<b>361,8</b>	<b>14,1</b>
<i>do qual:</i>				
Investimentos	2 157,9	2 244,2	86,4	4,0
<b>Despesa efetiva</b>	<b>36 739,6</b>	<b>38 509,8</b>	<b>1 770,2</b>	<b>4,8</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-324,0</b>	<b>3 740,7</b>	<b>4 064,7</b>	
<b>Saldo global ajustado FPGCD</b>	<b>-324,0</b>	<b>722,4</b>	<b>1 046,4</b>	
Por memória:				
Despesa primária sem medidas COVID-19 e Impacto Geopolítico	32 216,6	35 096,9	2 880,3	8,9
Despesa primária	33 832,1	35 588,9	1 756,8	5,2

Excluindo os medidas extraordinárias (medidas Covid-19 e de mitigação de choque geopolítico), a despesa efetiva cresce 8,2% em termos homólogos (6,9% em abril), enquanto a despesa primária (excluindo juros) cresce 8,9% em termos homólogos (8,7% em abril) e 21% face a igual período de 2019.

### Gráfico 1 - Despesa efetiva desagregada

Em milhões de euros



O aumento registado na despesa pública é impulsionado pelos salários, aquisição de bens e serviços, investimento e prestações sociais:

- As despesas com pessoal aumentam 7,5% até maio de 2023 (que compara com 6,4% até abril), em relação ao período homólogo, refletindo as atualizações transversais remuneratórias dos trabalhadores das Administrações Públicas, o impacto do aumento da remuneração mínima mensal garantida e o aumento do subsídio de refeição.

Neste âmbito, destaca-se o contributo dos salários do SNS (+11,4%) e da PSP e GNR (+8,7%).

- A despesa com aquisição de bens e serviços aumentou 5,7% face ao período homólogo, o que se deve sobretudo à evolução observada no Ensino Superior (+27,1%), na Defesa (+15,4%) e na Administração Local (+12,4%). Excluindo as medidas associadas à pandemia de Covid-19, a despesa com aquisição de bens e serviços nas Administrações Públicas cresce 16,1% até maio (+22,5% relativamente ao período pré-pandemia).
- A despesa com investimento na Administração Central e Segurança Social cresceu 9,8% excluindo PPP, fortemente influenciada pelo aumento do investimento na expansão do Metropolitano de Lisboa e na Ferrovia, que em ambos os casos mais do que duplicou face ao período homólogo.
- Excluindo medidas Covid-19 e pensões, as prestações sociais cresceram 14,0% face ao período homólogo refletindo em grande medida a atualização do indexante de apoios sociais das valorizações remuneratórias bem como dos impactos decorrentes das alterações legislativas.

Este desempenho foi fortemente influenciado pelo subsídio familiar a crianças e jovens (+30,0%), pela prestação social para a inclusão (+25,4%), pelas prestações de parentalidade (+10,7%).

- As pensões registaram um acréscimo de 6,0%, superior à atualização regular que variou entre 3,89% e 4,83% estabelecida para este período, e que ainda não reflete o aumento intercalar já anunciado para o mês de julho.

#### **Stock de pagamentos em atraso mantém-se inferior ao verificado no mesmo período de 2022**

Em maio de 2023, o stock de **pagamentos em atraso** era de 634 milhões de euros, valor 10% inferior ao de maio de 2022 (- 70 milhões de euros). Nesta matéria, destaca-se a redução muito significativa nos Hospitais EPE, cujo stock diminuiu 32,4% (ou seja, menos 152 milhões de euros).

#### **Para mais informações:**

Assessoria de Imprensa

[imprensa@mf.gov.pt](mailto:imprensa@mf.gov.pt)